

OS CRISTÃOS NA POLÍTICA

Para os cristãos leigos, o compromisso político é uma forma qualificada e exigente do compromisso cristão. Em espírito de serviço, eles devem impulsionar a procura do bem comum, o desenvolvimento da justiça com atenção particular para as pessoas vulneráveis, o princípio de subsidiariedade, a promoção do diálogo e da paz no horizonte da solidariedade. Todos os crentes, enquanto cidadãos, estão obrigados a respeitar tais orientações. Aqueles que têm responsabilidades institucionais na gestão da coisa pública deverão tê-las especialmente em conta.

O QUE FAZER?

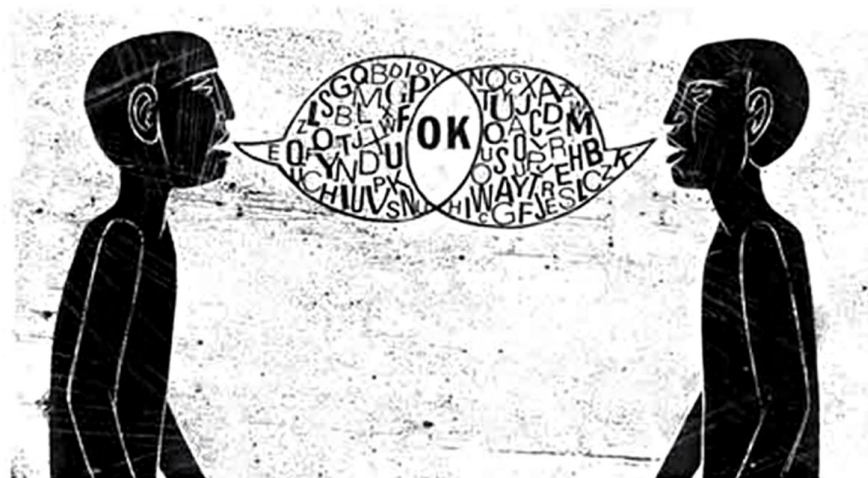
- Reúna-se com outros cristãos da sua comunidade para lerem e comentarem este folheto em conjunto;
- Identifique situações de violência na nossa sociedade as suas causas;
- Reflita sobre a educação para o diálogo que se dá nas nossas famílias.

MOMENTO DE ORAÇÃO

Coloquemo-nos na presença do Senhor, voltemos a ler o texto bíblico que abre este documento e perguntemo-nos, Lhe perguntemos: Senhor, como fazer para que a nossa convivência esteja baseada na amizade civil? Escutemos o que Ele tem para nos dizer.

Pai Nosso...

“É importante que a Igreja promova o diálogo como atitude espiritual, para que os crentes aprendam a trabalhar juntos, por exemplo, nas associações orientadas para a paz e a justiça, com um espírito de confiança e de mútua ajuda” (Bento XVI, Africae Munus, 88).



10 | O DIÁLOGO E A GESTÃO DE CONFLITOS

“Com o teu adversário mostra-te conciliador, enquanto caminhares juntos, para não acontecer que ele te entregue ao juiz e este ao guarda e te mandem para a prisão” (Mt 5,25).

INTRODUÇÃO

Criados à imagem e semelhança de Deus Trindade, Comunhão perfeita de três pessoas diferentes, existimos para conviver. O ser humano é um ser social por natureza e é na amizade civil que devem ser estabelecidas as relações entre todos. Somos interdependentes uns dos outros; diferentes, mas não desiguais. Porém, as diferenças têm-se tornado um factor de discriminação, de medo e de intolerância. Desde o nível das relações familiares até ao nível das relações internacionais, é frequente encontrar conflitos que ameaçam a amizade civil. O diálogo exige o reconhecimento do outro como um outro “eu”, o “meu igual”. É um grande desafio aprender a conviver a partir de uma atitude dialogante.

ESTAMOS NUMA SOCIEDADE VIOLENTA

Podemos definir a violência como o uso da força física ou psicológica para impor uma vontade sobre outrem. O poder e a força não são necessariamente

te violentos, o que é violento é a imposição da própria autoafirmação de alguém sobre outrem, tendo como consequência a diminuição, a coerção ou o destroçamento da sua existência, da sua vida ou do seu poder com o objetivo de o subordinar às próprias necessidades. A violência supõe sempre uma falta de reconhecimento do outro como um fim em si mesmo, da sua dignidade intrínseca e absoluta.

A violência pode dar-se ao nível interpessoal, no interior da família, no bairro, no quarteirão, na escola... mas também se dá ao nível social (grupos de cidadãos contra outros), laboral, económico, político, cultural e religioso. Sempre que alguém ou um grupo se coloca acima dos direitos dos outros está a exercer violência. A violência provoca sempre mais violência se não encontrarmos pessoas fortes como Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Nelson Mandela, capazes de quebrar o círculo de violência através da “não-violência-activa”. A violência destrói o que ela aparentemente pretende defender: a dignidade da vida e a liberdade do ser humano.

O DIÁLOGO COMO CAMINHO PARA ALCANÇAR A PAZ

Porque somos seres racionais com consciência e liberdade, mais do que a razão da força, deveria primar em nós a força da razão. E, para isso, é essencial o diálogo. Diálogo quer dizer “através da palavra”: encontrarmo-nos através da palavra. A palavra é veículo de comunhão. O diálogo exige escutar, que é diferente de ouvir, e a escuta exige sair dos preconceitos, dos medos, das rivalidades e das concorrências, e aceitar a possibilidade de conviver nas diferenças. O diálogo exige a capacidade de querer aprender com o outro e de deixar a convicção de que se possui a única verdade.

Em todos os conflitos sociais, políticos, nacionais ou internacionais, a Igreja chama ao diálogo aberto e sincero. Sem um diálogo franco, não haverá soluções duradouras. É no diálogo que colocamos a nossa humanidade acima do nosso instinto animal. Um sinal de esperança hoje é o facto de as religiões e as culturas manifestarem disponibilidade para o diálogo, movidos pela consciência de que é urgente favorecer a justiça, a fraternidade, a paz e o crescimento da pessoa humana. A Igreja convida a comunidade dos cristãos inserida no mundo a viver aberta ao diálogo com todas as pessoas de boa vontade, na busca comum das sementes de verdade e de liberdade disseminadas na humanidade.

Na encíclica *Laudato Si*, o Papa Francisco coloca esta necessidade de debates sinceros e honestos como um dos eixos que atravessam todo o documento. “*Pretendo – escreve o Papa – especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum. Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós*” (14).

A TODOS OS NÍVEIS

Este diálogo deve realizar-se a todos os níveis para sairmos do sistema violento em que estamos a viver. O Papa indica alguns destes níveis: o diálogo sobre o meio ambiente na política internacional; o diálogo sobre novas políticas nacionais e locais; o diálogo e a transparência nos processos decisórios; e o diálogo entre a política e a economia para a plenitude humana. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente de que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana, e salvem vidas ao invés de bancos. Se não há transparência nas políticas locais, nacionais e/ou internacionais, cria-se um clima de obscurantismo e corrupção que corrompe a relação de amizade civil colocando em risco a convivência.

Hoje, é importante o diálogo entre as religiões, mas também entre as culturas e os povos, entre as nações e entre todas as pessoas de boa vontade. Uma questão que é sempre fonte de conflitos é a questão das minorias que frequentemente são excluídas. As pessoas têm legitimidade para reclamarem junto dos órgãos de soberania os seus próprios direitos, mas sem usarem de qualquer tipo de violência. Só o diálogo e a negociação constituem o caminho para se alcançar a paz. O recurso à violência e ao terrorismo é injustificável e prejudicaria a causa que se pretende defender.

É importante assinalar que é na família onde se aprende a arte do diálogo. A família tem a responsabilidade de oferecer uma educação integral. Isto é verídico quando os filhos — com o testemunho de vida e a palavra — são educados para o diálogo, para o encontro, para a sociabilidade, para a legalidade, para a solidariedade e para a paz, mediante o cultivo das virtudes fundamentais da justiça e da caridade. É aí onde preparamos as sociedades que queremos.